

**Reunidas Transportadora
Rodoviária de Cargas S.A. – “Em
Recuperação Judicial”**

CNPJ 83.083.428/0001-72

Caçador - SC

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Fundo em 31 de Dezembro de 2021**



REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS S.A.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 83.083.428/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria da REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2021, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Considerações Finais

Em 02 de maio de 2016, a própria companhia e, também, a companhia controladora **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – Em Recuperação Judicial**, e também, a companhia controlada **Real Transporte e Turismo S.A. – Em Recuperação Judicial**, protocolaram o pedido de Recuperação Judicial, o qual teve o deferimento exarado em 09 de maio de 2016, seguindo o processo os trâmites previstos em lei.

Como parte constante das ações de recuperação judicial, em 05/12/17 foi realizada a assembleia geral de credores (AGC), mediante a qual os credores, por esmagadora maioria, aprovaram o plano de recuperação proposto pelas companhias.

Por conta da aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores (AGC) o MM. Juiz da Recuperação Judicial concedeu a recuperação judicial em 18/12/2017, decisão contra a qual não foram interpostos recursos.

Caçador, 31 de Março de 2.022.

LYCURGO FAORO COELHO
DE SOUZA:34775579991

Assinado de forma digital por LYCURGO
FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Dados: 2022.04.28 10:48:12 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

MARCELO
CHIARELLO:60263628949

Assinado de forma digital por
MARCELO CHIARELLO:60263628949
Dados: 2022.04.28 10:47:58 -03'00'

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Diretores e Acionistas da

Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”

Caçador – SC

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quantos aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Recuperabilidade de Ativos

Em 31 de dezembro de 2021, conforme mencionado na nota explicativa “11” e “12”, a Companhia possui créditos de R\$ 149.129 Mil, relativos aos adiantamentos concedidos às companhias do Grupo **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** e **Reunidas Transportes S.A.**

Recuperação Judicial

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, em 02 de maio de 2016, a Companhia, sua controladora **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** e sua controlada **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, em 02 de maio de 2016, o qual teve o deferimento em 09 de maio de 2016.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data e, homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017. A Companhia não mensurou, até a presente data, todos os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre essas demonstrações financeiras, bem como esta situação gera uma incerteza relevante quanto a recuperabilidade destes saldos, a qual está condicionada ao sucesso da recuperação judicial das referidas Companhias.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021 passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 456.236 Mil em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 163.935 Mil, gerando passivos superiores em R\$ 292.301 Mil, bem como apresenta Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido negativo) de R\$ 203.027 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira, bem como o cumprimento do plano de recuperação judicial mencionado na nota explicativa "1". Fato este agravado pelos efeitos negativos gerados pela Pandemia às operações da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

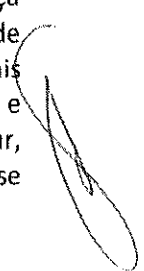
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

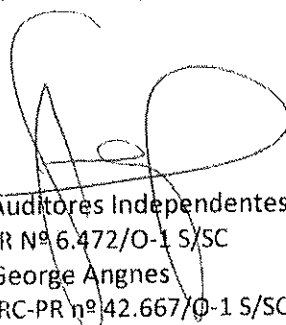


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2022.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SC
George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1 S/SC



Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Balanco Patrimonial

Ativo

		Em Milhares de Reais	
		31 de	31 de
	Nota	Dezembro	Dezembro
		de 2021	de 2020
Circulante		<u>13.505</u>	<u>14.429</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	291	823
Contas a Receber de Clientes	6	9.104	9.473
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	1.272	2.019
Tributos a Recuperar	8	1.431	1.051
Estoques	9	1.353	1.012
Outros Direitos Realizáveis		54	51
		<u>239.704</u>	<u>198.812</u>
Não Circulante		<u>150.430</u>	<u>125.474</u>
Direitos Realizáveis			
Cauções e Depósitos	10	1.251	1.208
Partes Relacionadas	11	76.631	51.718
Aplicações de Liquidez Não Imediata		46	46
Outros Direitos Realizáveis		4	4
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	12	72.498	72.498
Investimentos	12	<u>75.824</u>	<u>59.927</u>
Imobilizado	13	<u>13.450</u>	<u>13.411</u>
		<u>253.209</u>	<u>213.241</u>
Total do Ativo			

Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

		Em Milhares de Reais	
		31 de	31 de
	Nota	Dezembro	Dezembro
		de 2021	de 2020
Circulante		<u>435.750</u>	<u>413.737</u>
Fornecedores	14	3.425	3.055
Instituições Financeiras	15	65	66
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	55.608	46.710
Obrigações Fiscais e Tributárias	17	121.287	102.068
Provisão p/Férias e Encargos		3.010	2.751
Adiantamentos de Clientes	18	27	69
Parcelamentos de Tributos	19	249.145	255.255
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial		966	923
Outras Obrigações com Arrendamento		195	688
Outras Obrigações		2.022	2.152
		<u>20.486</u>	<u>10.751</u>
Não Circulante			
Instituições Financeiras	15	430	532
Parcelamentos de Tributos	19	9.101	592
Provisão p/ Contingências	20	8.847	7.463
IR e CS Passivo Diferido	21	2.108	2.164
Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)	22	<u>(203.027)</u>	<u>(211.247)</u>
Capital Social		27.800	27.800
Prejuízos Acumulados		(236.576)	(246.113)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.749	7.066
		<u>253.209</u>	<u>213.241</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)			



Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração do Resultado

	Nota	Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20
Receita Operacional Líquida	23	<u>92.087</u>	<u>80.595</u>
Custos		<u>(80.230)</u>	<u>(67.320)</u>
Lucro Bruto		<u>11.857</u>	<u>13.275</u>
(Despesas)/Receitas Operacionais		<u>(3.310)</u>	<u>(39.462)</u>
Despesas Gerais e Administrativas		(7.872)	(8.766)
Despesas c/ Vendas		(6.444)	(6.253)
Resultado da Avaliação de Investimentos	12	15.897	(20.752)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		(4.891)	(3.691)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		<u>8.547</u>	<u>(26.187)</u>
Receitas Financeiras	24	11.713	6.454
Despesas Financeiras	24	(12.096)	(8.255)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>8.164</u>	<u>(27.988)</u>
IR e CS Diferidos	21	56	456
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		<u>8.220</u>	<u>(27.532)</u>

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	<u>8.220</u>	<u>(27.532)</u>
Movimentação do Exercício	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>8.220</u>	<u>(27.532)</u>



Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2020	27.800	8.175	(219.690)	(183.715)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado		(1.109)	1.109	-
Prejuízo do Exercício			(27.532)	(27.532)
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020	27.800	7.066	(246.113)	(211.247)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado		(1.317)	1.317	-
Lucro Líquido do Exercício			8.220	8.220
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021	27.800	5.749	(236.576)	(203.027)



Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./21	01/jan./20
	a	a
	31/dez./21	31/dez./20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	8.164	(27.988)
Ajustado por:		
Alienação do Imobilizado	432	85
Depreciação	1.086	496
Resultado da Avaliação de Investimentos	(15.897)	20.752
Provisões p/ Férias e Encargos	259	93
Provisões p/ Contingências	1.384	3.785
Atualizações de Direitos/Obrigações	9.718	7.225
Resultado Ajustado	<u>5.146</u>	<u>4.448</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	369	(1.224)
Tributos a Recuperar	(380)	(303)
Estoques	(341)	(627)
Outros Direitos Realizáveis	(3)	(17)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	370	(1.085)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.898	6.514
Obrigações Fiscais e Tributárias	15.101	14.286
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial	43	(2.432)
Parcelamentos de Tributos	(3.160)	682
Outras Obrigações	(623)	2.112
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>25.420</u>	<u>22.354</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(1.557)	(4.904)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	747	635
Cauções e Depósitos	(43)	483
Partes Relacionadas - Ativo	(24.913)	(19.064)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(25.766)</u>	<u>(22.850)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Instituições Financeiras - Pagamentos	(144)	(144)
Adiantamentos de Clientes	(42)	(44)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(186)</u>	<u>(188)</u>
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa de Equivalentes de Caixa	<u>(532)</u>	<u>(684)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	823	1.507
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	291	823



**Reunidas Transportadora Rodoviária de
Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”**

CNPJ 83.083.428/0001-72

Caçador - SC

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia iniciou suas atividades em 01 de abril de 1978 e tem por objeto: A prestação de serviço profissional de distribuição, consolidação, desconsolidação, repartição, movimentação e tráfego rodoviário de bens, mercadorias, materiais e valores, confecções em geral, auto peças, medicamentos (correlatos e controlados), insumos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e correlatos, móveis residenciais, móveis comerciais novos e acessórios, produtos e materiais gráficos e de papelaria, ferramentas e ferragens, produtos de informática, calçados e similares, revistas, jornais e livros, malotes e envelopes, produtos e substâncias alimentares, produtos de saneamento, produtos para a saúde, produtos agrícolas, implementos e componentes agrícolas, produtos e substâncias químicas industriais, produtos de uso doméstico, máquinas e equipamentos, cigarros, produtos automotivos, produtos eletrônicos, condutos elétricos e acessórios, pneus e acessórios, embalagens plásticas e de papel, acessórios em geral, eletrodomésticos, ferro e perfil de alumínio, portas e madeiras, bobinas de plástico e papel, laminados e acessórios, tapetes residenciais, TNT em rolos, divisórios comerciais, produtos plásticos (PVC), para-brisas e vidros similares, materiais de construção, bebidas em geral, em veículos automotores, através de operações da matriz, filiais e ou de seus estabelecimentos, agências ou representações; a exploração de outros ramos afins, a locação de bens móveis e imóveis; participação no capital de outras empresas como quotista ou acionista, mesmo que, de outros setores econômicos mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

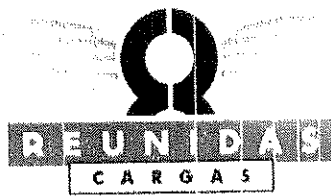
A Companhia tem unidades distribuídas nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Realiza serviços para o mercado interno.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2022.

Recuperação Judicial

Em 02 de maio de 2016, a Companhia, sua controladora **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”**, e a controlada **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.



A medida objetiva a recuperação das companhias através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, o qual foi aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Reestruturação

A Companhia vem desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização da companhia com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação da companhia, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "6"), nessa classificação.



d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "14") e instituições financeiras (nota explicativa "15").

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6".



2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "9".

2.6 Investimentos

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, face à intenção da Companhia, são classificados em Investimentos e mensurados ao custo de aquisição.

Os investimentos estão apresentados na nota explicativa "12".

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "13".

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.



2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme disposto na nota explicativa "14".

2.9 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, conforme disposto na nota explicativa "15".

2.10 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, conforme descrito na nota explicativa "11".

2.11 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.12 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.



Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "20".

2.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre o ajuste de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e Leis Fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os tributos diferidos estão demonstrados na nota explicativa "21".



2.14 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.15 Regime de Tributação da Companhia

A Companhia é tributada com base no Lucro Real.

2.16 Normas, Alterações e Interpretações de Normas

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma trouxe impacto significativo, os quais foram devidamente contabilizados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.



As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.



A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e Bancos	291	823
	<u>291</u>	<u>823</u>



Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Duplicatas a Receber	9.357	9.751
Créditos a Receber	52	73
(-) Provisão p/ Perdas	(305)	(351)
	<u>9.104</u>	<u>9.473</u>

Nota 7. Adiantamentos aos Funcionários e Fornecedores

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Adiantamentos a Funcionários	400	310
Adiantamentos a Fornecedores	872	1.709
	<u>1.272</u>	<u>2.019</u>

Nota 8. Tributos a Recuperar

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRRF Sobre Mútuos	1.431	1.051
	<u>1.431</u>	<u>1.051</u>

Nota 9. Estoques

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Peças e Acessórios	731	525
Combustíveis e Lubrificantes	164	111
Pneus e Câmaras	146	86
Material de Consumo	87	95
Estoques Diversos	231	195
Provisão para Perdas de Estoque	(6)	-
	<u>1.353</u>	<u>1.012</u>

Nota 10. Cauções e Depósitos

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Depósitos Judiciais	958	595
Bloqueios Judiciais	293	613
	<u>1.251</u>	<u>1.208</u>



Nota 11. Partes Relacionadas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo		
Não Circulante		
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	37.355	22.727
Real Transporte e Turismo S.A.	3.527	1.879
Reunidas Transportes S.A.	<u>35.749</u>	<u>27.112</u>
Total do Ativo Não Circulante	<u>76.631</u>	<u>51.718</u>
Efeito Líquido	<u>76.631</u>	<u>51.718</u>

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes.

Nota 12. Investimentos e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Investimentos em Sociedades Controladas	75.755	59.858
Outros Investimentos	69	69
	<u>75.824</u>	<u>59.927</u>

Investimentos em Sociedades Controladas

	Real Transporte e Turismo S.A.	Reunidas Turismo S.A.	TOTAL
Nº Ações do Capital	3.400.000	450.000	3.850.000
Valor do Patrimônio Líquido Ajustado	74.182	3.147	77.329
Resultado do Exercício	25.107	(18.419)	6.688
Informações sobre o Investimento			
- Percentual de Participação	100%	50%	
- Nº de Ações Possuídas	3.400.000	225.000	3.625.000
Valores Contábeis do Investimento			
Saldo no Início do Exercício	49.073	10.785	59.858
Resultado na Avaliação dos Investimentos	<u>25.107</u>	<u>(9.210)</u>	<u>15.897</u>
Saldo no Final do Exercício	<u>74.180</u>	<u>1.575</u>	<u>75.755</u>



Outros Investimentos

Os outros investimentos se referem a participações incentivadas e participações em sociedades não controladas, avaliadas ao custo.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
AFACs ativos:		
Reunidas Transportes Coletivos S.A.	8.995	8.995
Real Transportes e Turismo S.A.	63.503	63.503
	<u>72.498</u>	<u>72.498</u>

Nota 13. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa (%) Depreciação	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Móveis e Utensílios	10%	577	(358)	219	568	(320)	248
Máquinas e Equipamentos	10%	1.040	(562)	478	848	(499)	349
Software	20%	106	(104)	2	106	(104)	2
Veículos	20%	29.169	(16.714)	12.455	28.969	(16.999)	11.970
Equip. de Informática	-	736	(584)	152	713	(515)	198
Arrendamento De Imóveis De Uso (*)	-	865	(721)	144	774	(130)	644
		<u>32.493</u>	<u>(19.043)</u>	<u>13.450</u>	<u>31.978</u>	<u>(18.567)</u>	<u>13.411</u>

(*) A Companhia reconheceu os efeitos contábeis decorrentes das alterações do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, passando a contabilizar em seu ativo o direito de uso em contrapartida a obrigação presente em seu passivo.

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021:

Imobilizado	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2021	
	Aquisições	Baixas	Depreciação	de 2020	de 2021	
Móveis e Utensílios	9	-	(38)	248	219	
Máquinas e Equipamentos	193	-	(64)	349	478	
Software	-	-	-	2	2	
Veículos	1.240	(432)	(323)	11.970	12.455	
Equip. de Informática	24	-	(70)	198	152	
Arrendamento De Imóveis De Uso	91	-	(591)	644	144	
	<u>1.557</u>	<u>(432)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>13.411</u>	<u>13.450</u>	



Nota 14. Fornecedores:

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 3.425, em 31 de dezembro 2021 (R\$ 3.055, em 31 de dezembro de 2020).

Nota 15. Instituições Financeiras

	31 de Dezembro de 2021		Referência
	Circulante	Não Circulante	
Caixa Econômica Federal	65	430	A
	<u>65</u>	<u>430</u>	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

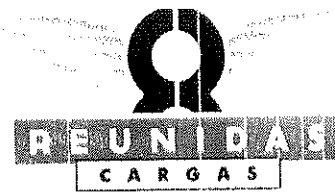
Referência	Modalidade	Garantias	Último Vencimento
A	Capital de Giro	Alienação Fiduciária de Bens, Títulos e Imóveis	28/dez./25

Nota 16. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Salários e Ordenados a Pagar	956	911
INSS a Recolher	50.668	42.598
FGTS a Recolher	3.887	3.152
Pensão Alimentícia	9	11
Acordo Sindical	45	23
Contribuição Sindical	42	15
Rescisões a Pagar	1	0
	<u>55.608</u>	<u>46.710</u>

Nota 17. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS a Pagar	73.755	62.851
ISS a Recolher	3	4
COFINS a Recolher	37.681	31.868
PIS a Recolher	8.198	6.938
Demais Retenções	504	399
Provisão para IOF	1.146	8
	<u>121.287</u>	<u>102.068</u>



Nota 18. Adiantamentos de Clientes

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos de Clientes	27	49
Adiantamento de Venda Futura	-	20
	<u>27</u>	<u>69</u>

Nota 19. Parcelamentos de Tributos

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo Circulante		
Parcelamentos ICMS	60.207	69.138
Parcelamentos FGTS	369	484
Parcelamentos COFINS	4.871	4.693
Parcelamentos PIS	1.033	995
Parcelamentos INSS	8.507	8.196
Parcelamentos IRRF	781	759
Parcelamentos PERT	6.518	6.518
REFIS Lei nº 12.996/14	<u>166.859</u>	<u>164.472</u>
	249.145	255.255
Passivo Não Circulante		
Parcelamentos ICMS	<u>9.101</u>	<u>592</u>
	9.101	592
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	<u>258.246</u>	<u>255.847</u>

No ano-calendário de 2014 a Companhia optou pela desistência do REFIS da Lei nº 11.941/09 e os referidos valores foram incluídos no REFIS da Copa, Lei nº 12.996/14, bem como os demais parcelamentos sociais e tributários que estavam em aberto.

No ano-calendário de 2016 a Companhia foi excluída do parcelamento REFIS da COPA, sendo revertidos as reduções obtidas e registradas à época da consolidação, bem como os saldos devedores foram reclassificados para o passivo circulante.

Adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária

Em 14/11/17 a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, que foi aprovado pela Medida Provisória nº 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulamentado pela Instrução normativa RFB nº 1711/17, tendo optado pela modalidade “3” do regime, que permite que o pagamento seja realizado da seguinte forma:



- Pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros e multas foram reconhecidos dentro do exercício de 2017. Já os créditos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para quitação do saldo restante devedor dos débitos tributários estão sendo reconhecidos com base na homologação por parte da Receita Federal do Brasil – RFB.

Nota 20. Provisões para Contingências

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2021, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis, trabalhistas e fiscais, que foram classificadas como perdas prováveis, compostas da seguinte forma:

Tipo da Ação	Valor
Ações Trabalhistas	2.857
Ações Cíveis	5.990
Total	<u>8.847</u>

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2021, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis e trabalhistas, cujas práticas contábeis requerem a seguinte divulgação:

Probabilidade	Tratamento Contábil	Valor
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	<u>40.361</u>

Nota 21. IR e CS Diferido

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRPJ Passivo Diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	1.550	1.591
CSLL Passivo Diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	558	573
	<u>2.108</u>	<u>2.164</u>

O IR e CS Passivo Diferidos incidentes sobre o custo atribuído do Imobilizado são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no Resultado do Exercício, representando R\$ 56, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 456, em 31 de dezembro de 2020).



Nota 22. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é composto de 27.800.000 (vinte e sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Capital Social Subscrito	27.800	27.800
	<u>27.800</u>	<u>27.800</u>
	Quantidade de Ações	Participação (%)
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	27.800.000	100,00%
	<u>27.800.000</u>	<u>100,00%</u>

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao "deemed cost" do Imobilizado, relativo a adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido.

Nota 23. Receita Operacional Líquida

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita Operacional Bruta		
Receita de Transporte de Cargas	114.089	99.765
(-) Deduções		
Devoluções e Abatimentos	(332)	(278)
Impostos e Contribuições	(21.670)	(18.892)
	<u>92.087</u>	<u>80.595</u>



Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
(+) Receitas Financeiras		
Juros Ativos	33	38
Descontos Obtidos	289	709
Juros Sobre Capital Próprio e Mútuos	4.680	5.256
Outras Receitas Financeiras	6.711	451
Total Receitas Financeiras	11.713	6.454
(-) Despesas Financeiras		
Juros Sobre Capital de Giro	(41)	(49)
Juros Sobre Tributos e Fornecedores	(10.131)	(7.383)
IOF	(984)	-
Descontos Concedidos	(443)	(355)
Despesas Bancárias	(492)	(436)
Outras despesas financeiras	(5)	(32)
Total Despesas Financeiras	(12.096)	(8.255)

Nota 25. Seguros (Não Auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Caçador, 31 de Março de 2.022.

LYCURGO FAORO COELHO Assinado de forma digital por LYCURGO
FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
DE SOUZA:34775579991 Dado: 2022.05.05 14:13:14 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

ANDREA CARLA RUBERT Assinado de forma digital por
ANDREA CARLA RUBERT
SPANHOLO:85426172900 SPANHOLO:85426172900
Dado: 2022.05.05 14:13:48 -03'00'

Andréa Carla Rubert Spanholo
CRC/SC 026233/O-4
Contadora